Opinião Socialista

PSTU

Ano XI - Edição 314 - Colaboração: R$ 2 - De 13 a 19/09/2007 - www.pstu.org.br

MILHÕES DE VOTOS NO PLEBISCITO

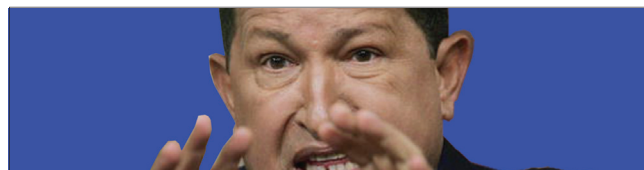
Começa a apuração

Agora é hora de organizar a marcha à Brasília em outubro

GOVERNO TENTA SALVAR RENAN CALHEIROS

Página 3

A REVOLUÇÃO RUSSA COMO PRIMEIRO PASSO PARA A REVOLUÇÃO MUNDIAL

Página 8 e 9

CORREIO INTERNACIONAL: A REFORMA CONSTITUCIONAL DE HUGO CHÁVEZ

Páginas 10, 11 e 12

INFLAÇÃO I – A inflação de agosto foi de 0,47%. O valor é quase dez vezes mais do que o resultado do ano passado, que ficou em 0,05%. E foi o dobro do resultado no mês anterior, 0,24%.

INFLAÇÃO II – A inflação foi puxada pela alta dos preços dos produtos da cesta básica. O preço dos alimentos foi responsável por 62% do índice mensal. Já o salário dos trabalhadores...

PASSANDO EM REVISTA

Trajando um uniforme militar, o midiático ministro da Defesa Nelson Jobim, passou em revista as tropas brasileiras que ocupam o Haiti, no último dia 3. Foi mais uma tentativa de vender uma falsa imagem de que as tropas cumprem um papel "humanitário" no país caribenho. A visita ocorreu na mesma semana em que Aderson Bussinger, enviado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Haiti, entregou um relatório com duras críticas à atuação naquele país da Missão de Estabilização da ONU, liderada pelo Brasil. "Trata-se de uma presença fundamentalmente militar. Ela não tem, a meu ver, nada de humanitário. O que eu vi no Haiti é que 85% dos componentes destas forças é militar e destinada a atividades repressivas", disse o advogado.

PÉROLA

> "Sou contra a ação. É fora de hora e de século"

MARTA SUPLICY, ministra do Turismo, dizendo que é contra o plebiscito popular sobre a anulação da Privatização da Vale do Rio Doce. (*Folha de S. Paulo 6/09*).

GARÇOM DE SANTA CEIA

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, trocou as bolas no Fórum da Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, na sigla em inglês), realizada na Austrália. No seu primeiro discurso, o presidente confundiu o nome do evento e agradeceu a "cúpula da Opep" – Organização dos Produtores de Petróleo. Mas Bush não parou por aí. Minutos depois, ele lembrou a visita do presidente Howard às tropas "austríacas" no Iraque, quando na realidade se referia aos mais de 1.500 soldados australianos postados no país.

CHARGE / AROEIRA

TRAGÉDIA CHINESA

Trajando um uniforme militar, o midiático ministro da Defesa Nelson Jobim, passou em revista as tropas brasileiras que ocupam o Haiti, no último dia 3. Foi mais uma tentativa de vender uma falsa imagem de que as tropas cumprem um papel "humanitário" no país caribenho. A visita ocorreu na mesma semana em que Aderson Bussinger, enviado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Haiti, entregou um relatório com duras críticas à atuação naquele país da Missão de Estabilização da ONU, liderada pelo Brasil. "Trata-se de uma presença fundamentalmente militar. Ela não tem, a meu ver, nada de humanitário. O que eu vi no Haiti é que 85% dos componentes destas forças é militar e destinada a atividades repressivas", disse o advogado.

CRIVELA, O PROGRESSISTA

Impressionante o que não se faz para garantir alguns votos a mais. Que o PCdoB nunca teve o menor critério de classe para compor suas alianças eleitorais isso não é novidade. Agora estão chamando de bloco de "esquerda" uma coligação com partidos como o PRB de José Alencar e Marcelo Crivela. A "esquerda" do PCdoB ainda conta com o PSB de Ciro Gomes (nome defendido pelo partido para ocupar a vaga de Lula após 2010), PDT do Paulinho "Farsa Sindical", além do PHS e do PMN.

RELAÇÕES PERIGOSAS

Apesar de aprovar uma resolução de apoio formal ao Plebiscito Popular, o Partido dos Trabalhadores recebeu a bagatela de R$10,5 milhões da Companhia Vale do Rio Doce para sua campanha eleitoral de 2006. Só a campanha de Lula recebeu R$ 4,05 milhões. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral. E não é só o PT que ganha dinheiro da Vale. A mineradora mantém boas relações financeiras também com os tucanos. O PSDB recebeu R$ 8,98 milhões, R$3,2 milhões para o presidenciável Geraldo Alckmin.

ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA SEMANAL

assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

NOME: ____________________
CPF: ____________________
ENDEREÇO: ____________________
BAIRRO: ____________________
CIDADE: __________ UF: ____ CEP: __________
TELEFONE: __________ E-MAIL: __________

○ DESEJO RECEBER INFORMAÇÕES DO **PSTU** EM MEU E-MAIL

MENSAL COM RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

☐ MÍNIMO (R$ 12) ☐ SOLIDÁRIA (R$ 15)

FORMA DE PAGAMENTO

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:
○ BB ○ NOSSA CAIXA ○ BANRISUL ○ BESC
○ BANESPA ○ CEF AG. __________ CONTA __________
OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) __________

TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
☐ (R$ 36)	☐ (R$ 72)	☐ (R$ 144)
☐ SOLIDÁRIA: R$ ______	☐ SOLIDÁRIA: R$ ______	☐ SOLIDÁRIA: R$ ______

FORMA DE PAGAMENTO

☐ **CHEQUE** *
☐ **CARTÃO VISA Nº** __________ **VAL.** __________
☐ **DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:**
○ BB ○ NOSSA CAIXA ○ BANRISUL ○ BESC
○ BANESPA ○ CEF AG. __________ CONTA __________
OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) __________
☐ **BOLETO**

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da assinatura para Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000 - Fax: (11) 5581.5776

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **REVISÃO** Yara Fernandes **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629 *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Martin Lutero, 1370, Fundos - Vila Formosa - (51) 9284.8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro *francodarocha@pstu.org.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Elíseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186 saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

EDITORIAL

MILHÕES DE PONTOS DE APOIO PARA A LUTA

No momento em que este editorial estava sendo escrito, os militantes que encaminharam o plebiscito em todo o país ainda estavam contando os votos recolhidos. Mas existia um sentimento de alegria em todos pela tarefa cumprida: o recolhimento de alguns milhões de votos contra a reforma da Previdência, a privatização da Vale, o pagamento das dívidas interna e externa, os altos custos da privatização do setor elétrico.

Sem nenhum apoio do estado (e contando com a hostilidade aberta do governo Lula), a Conlutas, o MST, as Pastorais Sociais da Igreja, Grito dos Excluídos, Jubileu Sul, a Intersindical e outras agrupações realizaram uma gigantesca consulta às bases sobre esses temas. Não podemos, neste momento, apontar ainda um resultado em números de votos, mas podemos dizer que a discussão foi muito positiva.

Mais que uma consulta, tratou-se de levar para as bases a discussão sobre esses temas, como uma preparação para os próximos passos da luta. Isso tem uma enorme importância, porque este governo se apóia no passado de Lula, para convencer os trabalhadores e o povo a aceitarem sua política econômica atual e a próxima reforma da Previdência.

O plebiscito teve que superar inúmeros problemas. O principal deles foi a tentativa de limitá-lo e desviá-lo, para evitar que ele enfrentasse o governo Lula. A UNE e a CUT tentaram desviar o plebiscito, reduzindo as perguntas a uma, sobre a privatização da Vale (feita no governo FHC), para evitar a discussão sobre a reforma da Previdência que está sendo preparada por Lula.

Apesar desses obstáculos, acreditamos que o primeiro balanço a fazer de todo este processo é positivo: alguns milhões de votos na base significam milhões de pontos de apoio para a continuidade do plano de lutas.

O PSTU se orgulha de ter colocado todas suas forças para garantir a realização deste plebiscito. Nossos militantes estiveram na linha de frente na discussão com as bases, no recolhimento dos votos, junto com os outros participantes. Nosso jornal e nossa página da Internet estiveram centrados no plebiscito por mais de um mês. Nosso programa semestral de TV e rádio, em rede nacional no dia 30 de agosto, foi dedicado ao plebiscito. Ao levar a discussão para as bases, encontramos amplos reflexos do programa, com trabalhadores nos informando que se engajaram no plebiscito depois de assistí-lo.

Agora, depois da contagem dos votos do plebiscito, será a hora de começarmos a preparar o próximo passo. Vamos organizar uma grande marcha a Brasília em outubro, em que vamos exigir do governo resposta a essas reivindicações. Essa marcha e as campanhas salariais do segundo semestre devem ser as próximas grandes etapas do plano de lutas.

É muito importante reforçar a unidade dos que lutam. Queremos renovar o chamado ao MST para que rompa com o governo Lula e se engaje decididamente na preparação da marcha de outubro.

OPINIÃO – ***DIRCEU TRAVESSO,*** *de São Paulo (SP)*

PT e PCdoB defendem Renan Calheiros

ANTÔNIO CRUZ / AG. BRASIL

Escrevemos esta matéria antes da votação no Senado sobre a cassação de Renan Calheiros. Muitos apostam em sua absolvição, porque os senadores estarão protegidos da opinião pública pelo voto secreto. Além disso, a corrupção de Renan não é diferente da maioria dos outros senadores.

Alguns senadores estavam tão preocupados com a divulgação de suas posições que queriam proibir celulares ou qualquer outro aparelho que pudesse ser usado para fotografar ou registrar a votação. Alguns defendem que Renan seja absolvido, e depois renuncie à presidência do Senado (mas se mantenha senador), só para aliviar a pressão da opinião pública.

Mas, independente do resultado da votação, um fato é necessário que fique marcado para sempre nas mentes dos trabalhadores e estudantes do país: o engajamento do PT e do PCdoB na luta pela absolvição de Renan Calheiros.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o governo Lula trabalhou para salvar Renan, utilizando a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, e o Ministro de Assuntos Institucionais, Walfrido dos Mares Guia. Para escapar do inevitável desgaste, Lula se declara neutro, e diz que o assunto é "do Congresso". Mas o próprio Renan considera os votos do PT como seguros, com um ou outro voto contra.

Os partidos da oposição de direita, apesar de apoiarem oficialmente a cassação, também se dividem com boa parte dos senadores do PSDB e DEM votando a favor de Renan.

O PCdoB não se preocupa em disfarçar sua posição. Com as velhas desculpas do "golpe das elites contra o governo Lula", e "campanha da mídia", o PCdoB se manifestou oficialmente em defesa de Renan. Em sua página na Internet "Vermelho", o editorial defendeu que "o alvo foi escolhido a dedo: um aliado do presidente Lula, já que este está forte demais nas pesquisas para sofrer um ataque frontal. Assim como foi selecionado o cenário: o Senado Federal, onde a oposição faz mais sombra à base governista". O editorial conclui: "É por isso que o voto justo dos senadores será contra a cassação de Renan Calheiros: para que não sejam os barões da mídia a determinar qual o escândalo que será servido ao país a cada dia, e qual será escamoteado".

O PT e o PCdoB demonstram assim, mais uma vez, o grau de degeneração que sofreram com a democracia burguesa. Renan Calheiros, que foi da tropa de choque de Collor, da base de apoio de FHC, agora é um aliado de Lula no Senado. Por isso deve ser preservado a qualquer custo, mesmo que seja um ladrão do dinheiro público, mesmo que a maioria da população queira linchá-lo.

Caso Renan seja absolvido, o governo Lula, o PT e o PCdoB serão os principais responsáveis. Mesmo que Renan seja cassado, é importante que os trabalhadores se recordem desse episódio, para lembrar de que lado estiveram o PT e o PCdoB nessa votação.

VINTE ANOS DEPOIS, DRUMMOND É MODERNO E ETERNO

YARA FERNANDES, da redação

"Quando nasci, um anjo torto, desses que vivem na sombra, disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida". Assim iniciava o "Poema de sete faces", no primeiro livro de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), "Alguma Poesia". "Gauche", palavra importada do idioma francês, significa desajeitado, à esquerda, que não se adapta.

Os poetas, em geral, 'são gauches', percebem o mundo de forma mais sensível e nele não se adaptam, exprimem em versos esse sentimento de nadar contra a maré. Apelidado de 'urso polar', por sua timidez e distanciamento da imprensa, Drummond de Andrade se autodefinia como um burocrata que fazia versos.

Drummond, mais do que desenvolver o modernismo, deu nova cara a este movimento no Brasil, sendo 'gauche' na forma e nos muitos temas pelos quais percorreram seus versos. Escreveu a saudade de sua cidade natal, a mineira Itabira, retornou em versos à sua infância, escreveu sobre as lutas, os homens e a política, também sobre o amor e seu erotismo.

Foi "uma pedra no meio do caminho" de muitos, criticado pela forma livre de seu verso, por seus posicionamentos políticos polêmicos. Depois, foi aclamado como o maior poeta brasileiro. Em agosto de 2007, vinte anos após sua morte, o reconhecimento de sua grandeza e as influências sobre poetas das atuais gerações são inegáveis.

Dias antes de morrer, em entrevista concedida ao jornalista Geneton Moraes Neto, Drummond diria que "*tenho a impressão de que daqui a vinte anos – e eu já estarei no Cemitério São João Batista – ninguém vai falar de mim, graças a Deus*". Não poderia estar mais equivocado.

TROUXESTE A CHAVE?

A poesia moderna de Drummond é marcada pelo verso livre, por uma linguagem direta, uma quase-crônica. Usa de forma bela e sutil as figuras de linguagem, as metáforas e metalinguagens, as alegorias e alusões.

A metalinguagem, a poesia que fala sobre a própria poesia, sempre foi arma do verso modernista, já que este era um movimento de contestação às tradicionais formas poéticas e artísticas e suas métricas, rimas, arcaísmos e erudições.

Em "Poesia", Drummond fala sobre a própria para, num paradoxo profundo, explicar a poesia que, de tão intensa, não cabe no papel: "*Gastei uma hora pensando um verso/ que a pena não quer escrever./ No entanto ele está cá dentro/ inquieto, vivo./ Ele está cá dentro/ e não quer sair./ Mas a poesia deste momento/ inunda minha vida inteira*".

A metáfora repetitiva de "*No meio do caminho" incomodou os críticos. Outra mais nostálgica está em: "Os cacos da vida, colados, formam uma estranha xícara./ Sem uso,/ ela nos espia do aparador*".

A ROSA DO POVO

Drummond viveu em um período histórico polarizado politicamente, o século XX. Havia o stalinismo na União Soviética, a Segunda Guerra e a Guerra Fria, e no Brasil o poeta passou pelo Estado Novo e pela ditadura militar. Desde sua juventude até seus últimos dias, ele nunca teve um posicionamento político muito definido e criou inimigos políticos por todos os lados.

Quando adolescente, foi expulso do colégio dos jesuítas por "insubordinação mental". Na juventude, se disse anarquista e participou de um protesto contra o aumento do ingresso do cinema para os estudantes em Belo Horizonte, que terminou com o incêndio de um bonde.

Já homem formado, era chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema, do Estado Novo, não por alinhamento político com o regime, mas pela amizade que tinha com Capanema desde a infância. Ao mesmo tempo, foi simpatizante do Partido Comunista, chegando a integrar seu jornal, Tribuna Popular, em 1945. Resolveu sair quando os membros do partido censuraram uma nota escrita por ele. Logo foi taxado de traidor do povo pelos comunistas.

Por outro lado, tinha sido fichado no DOPS como "nocivo ao bem-estar pátrio" e era odiado pelos anticomunistas. Mas, segundo a própria declaração do poeta a Geneton, com o passar dos anos, "a coisa foi se regularizando e passei a ser um pequeno-burguês bastante bem-comportado".

Toda essa trajetória pessoal política confusa não impediu Drummond de usar seus versos para atacar o capitalismo, suas guerras e sua exploração. A obra que mais expressa tais posicionamentos é "A rosa do Povo" (1945).

> O POETA
> declina de toda
> responsabilidade
> na marcha do mundo
> capitalista
> e com suas palavras, intuições,
> símbolos e outras armas
> promete ajudar
> a destruí-lo
> como uma pedreira,
> uma floresta,
> um verme.

No poema "Elegia 1938", há a desesperança: "*Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota/ e adiar para outro século a felicidade coletiva./ Aceitas a chuva, as guerras, o desemprego e a injusta distribuição / porque não podes, sozinho, dinamitar a Ilha de Manhattan*".

Já em "Nosso Tempo", vence a resistência: "*As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra*". Também em "A flor e a náusea", a luta brota como flor teimosa: "*É feia./ Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio*".

O AMOR DESNUDO

Nos momentos em que não empunhava a "rosa do povo", Drummond tematizava também o amor e a infância, com as recordações da Itabira. Mas a infância não era apenas o tema de livros como "Boitempo", era também a estética, a forma de olhar o mundo com os olhos cândidos infantis, com as memórias recortadas e coladas de uma infância ida. "*Itabira é apenas uma fotografia na parede./ Mas como dói*", versava. A infância se fez presente desde sua primeira obra, com o poema "Infância", no qual ele, menino, compara sua vida na fazenda com a do personagem Robinson Crusoé.

Drummond transitou brilhantemente seus versos do universo político da época, para a infância, para o amor (tema universal da poesia), para o erótico. Em "As sem-razões do amor", o itabirano fala sobre esse sentimento indecifrável e indefinível. E o amor de Drummond também foi dito em versos bem-humorados: "*João amava Teresa que amava Raimundo/ que amava Maria que amava/ Joaquim que amava Lili...*". Já em sua obra postumamente publicada "Amor natural", o poeta leva o amor e seus versos à alcova, desnuda-o, erotiza-o, sem vulgarizá-lo.

ETERNO GAUCHE

O poeta 'gauche', de vasto coração, que cantou a infância, o amor, a luta, não conseguiu mais viver ou fazer versos após a morte de sua filha e grande companheira Maria Julieta, em agosto de 1987, vítima de câncer. Poucos dias depois, Drummond faleceu de problemas cardíacos, ou de tristeza.

Apesar de ter dito que achava que ninguém mais falaria dele após 20 anos, Drummond também escreveu em certa ocasião: "*Ficou chato ser moderno./ Agora serei eterno*". Ele disse depois que isso era uma brincadeira. Mas, de fato, em 2007, Drummond permanece moderno e presente, eternizado.

> NOSSO TEMPO
> Este é tempo de partido,
> tempo de homens partidos.
>
> Em vão percorremos volumes,
> viajamos e nos colorimos.
> A hora pressentida esmigalha-se
> em pó na rua.
> Os homens pedem carne. Fogo.
> Sapatos.
> As leis não bastam. Os lírios
> não nascem
> da lei. Meu nome é tumulto, e
> escreve-se na pedra.
> (...)

TRABALHADORES DOS CORREIOS RADICALIZAM E PARTEM PARA A GREVE

MARCELO CASAL JR/AG.BRASIL

Ato da campanha salarial em Brasília no dia 28 de agosto

DA REDAÇÃO

Assembléias dos trabalhadores da ECT (Empresa de Correios e Telégrafos) realizadas em todo o país no último dia 4 de setembro deliberaram estado de greve e indicativo de paralisação por tempo indeterminado a partir do dia 12. A greve foi a única solução encontrada pelos funcionários para se contrapor à intransigência da direção da empresa nas negociações da campanha salarial.

REIVINDICAÇÕES

Os trabalhadores dos Correios lutam por 47,77% de reposição salarial. O índice se refere à soma das perdas acumuladas no período de 1994 a 2006, de 40,85%, e a estimativa de inflação entre agosto do ano passado até julho deste ano, de 4,91%. Os percentuais foram calculados pelo Dieese.

No entanto, a empresa ofereceu reajuste de apenas 3,74%, que foi rejeitado pela categoria. Os funcionários também reivindicam aumento real único de R$ 200 para todos. Além disso, fazem parte da campanha salarial a luta por periculosidade, implantação do PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários), abertura de novas contratações e melhores condições de trabalho, segurança nas agências e licença-maternidade de seis meses.

RADICALIZAÇÃO ATROPELA GOVERNISTAS

A indignação provocada pela proposta da direção da empresa, assim como os salários defasados e as péssimas condições de trabalho, radicalizaram o movimento. Isso impediu que até mesmo as direções governistas (Articulação, do PT e CSC, do PC do B) defendessem a proposta da empresa. Tais direções não conseguiram nem mesmo controlar suas bases, a exemplo do dia 23 de agosto, dia nacional de paralisação da categoria.

O desgaste do governo Lula na categoria também aprofunda o desgaste dessas direções no movimento, impedindo o bloqueio das lutas. Foi desta forma que, no último dia 5, as assembléias fossem bem representativas, apontando greve. Em São Paulo, por exemplo, a direção do sindicato não conseguiu impedir que a oposição falasse no carro de som durante a assembléia.

O PCO, partido com discurso ultra-esquerdista mas prática à direita, está se desmascarando nessa campanha salarial. Além de defender a CUT, o partido é contra a greve, taxando os trabalhadores de irresponsáveis e dizendo que essa é uma "greve suicida".

GREVE PELA BASE

A Conlutas está na linha de frente das mobilizações, chamando a unidade dos setores de luta na organização da greve nacional. Os sindicatos e ativistas da Coordenação Nacional de Lutas nos estados defendem a deflagração de uma forte greve, com um Comando eleito na base, a fim de impor a negociação à empresa.

FUNCIONALISMO

CONGRESSO DO SINDSPREV-RJ APROVA CALENDÁRIO DE LUTA

DA REDAÇÃO

Ocorreu de 30 de agosto a 2 de setembro em Miguel Pereira (RJ) o oitavo Congresso do Sindsprev-RJ (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no estado do Rio de Janeiro). O congresso contou com 735 delegados de todo o estado e aprovou um importante calendário de lutas para o próximo período.

Seguindo o calendário definido pela Conlutas e as entidades envolvidas na organização do plebiscito, os delegados aprovaram a participação do sindicato nas mobilizações do dia 25 de setembro, quando ocorre a entrega do resultado da votação e, principalmente, a participação na marcha a Brasília do dia 24 de outubro. O Sindsprev-RJ calcula que levará, sozinha, 15 ônibus à marcha contra as reformas do governo Lula.

FILIAÇÃO À CONLUTAS

Outra importante votação se refere à filiação oficial do sindicato à Conlutas. O congresso definiu a realização de uma plenária estatutária do sindicato, antes do congresso da Conlutas em 2008, para aprovar a filiação do Sindsprev-RJ à Coordenação. No mesmo sentido, os delegados aprovaram o chamado à construção de uma nova alternativa de luta, aglutinando principalmente a Conlutas e a Intersindical, mantendo o caráter e abrangência da Conlutas. Essa medida foi defendida por todas as correntes presentes no Congresso, com exceção da CSC (PCdoB).

ELEIÇÕES E DEMOCRACIA

Na ocasião, foram também realizadas as eleições para a diretoria da entidade. A Democracia e Luta (PSTU e independentes) obteve 14,6% dos votos, expressando os 107 delegados que se aglutinaram ao redor da chapa. O bloco do MTL, C-SOL e PCML foram majoritários compondo 72% do congresso.

A Democracia e Luta, no entanto, polarizou durante o congresso sobre a concepção do sindicato e a necessidade de democracia no interior da entidade. Isso porque o bloco dirigido pelo MTL fez aprovar a concepção de "sindicato comunitário", ou seja, a possibilidade do sindicato filiar os movimentos sociais, associações, etc. No entanto, como contrapartida restringiu a democracia no sindicato, impondo, por exemplo, alteração na composição da diretoria, fim da autonomia financeira dos Núcleos de Base e a redução da representação dos Conselhos de Delegados.

O grupo composto por militantes do PSTU e independentes polemizou com essa questão, ressaltando a necessidade de partir do nível de consciência da classe trabalhadora, organizando os trabalhadores em suas categorias. E, principalmente, sobre a importância da mais ampla democracia na entidade.

METALÚRGICOS DA GM DE SÃO CAETANO REJEITAM PROPOSTA DAS MONTADORAS

DA REDAÇÃO

Os metalúrgicos da General Motors de São Caetano do Sul rejeitaram, no último dia 10, a proposta de reajuste de 7,44% apresentada pelas montadoras de São Paulo. A proposta é de reposição integral da inflação, o que equivale a 4,82%, mais 2,5% de aumento real.

A proposta apresentada pela patronal foi aprovada pela CUT e pela Força Sindical, mas rejeitada na mesa de negociação pelos sindicatos ligados à Conlutas e à Intersindical.

Para aprovar a proposta, os sindicatos ligados à CUT fizeram assembléias esvaziadas nas portas das fábricas. Em São Bernardo do Campo, por exemplo, estiveram presentes cerca de mil trabalhadores, de um total de 30 mil. Em Taubaté (SP), dos cerca de 5 mil trabalhadores, estiveram apenas 100 operários na assembléia.

Mas em São Caetano, a história foi diferente. Cerca de 90% dos metalúrgicos presentes à assembléia rejeitaram a proposta, apesar da defesa "entusiasmada" dos diretores do Sindicato filiado à Força Sindical. Foi uma autêntica rebelião de base

"A rejeição da proposta em São Caetano é a prova de que os metalúrgicos do estado não concordam com essa proposta, ao contrário do que querem fazer crer os dirigentes da CUT e Força Sindical", disse o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) , Luiz Carlos Prates, o Mancha.

GM DE SÃO JOSÉ

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos vai discutir com os trabalhadores da GM a proposta de reajuste salarial de 7,44%, apresentada pelas montadoras. O Sindicato, filiado à Coordenação Nacional de Lutas, vai defender a rejeição ao acordo e uma paralisação de 24 horas.

A indústria automobilística tem batido recordes de vendas. De janeiro a agosto, o setor cresceu R$ 27,3% em relação ao mesmo período do ano passado, com vendas de 1,53 milhão de veículos, o melhor resultado da história.

COMEÇA A APURAÇÃO: MILHÕES DIZEM 4 VEZES NÃO!

DA REDAÇÃO

O Plebiscito Popular sobre a anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce conseguiu milhões de votos em todo o país, trazendo à tona não só o debate sobre as privatizações, mas também sobre o pagamento da dívida pública, as altas tarifas de energia e a reforma da Previdência. A votação consistiu num verdadeiro trabalho de base, envolvendo as categorias e a população em geral, de conscientização contra a política econômica neoliberal levada a cabo por esse governo.

O boicote sistemático da CUT e da UNE não impediu que a votação fosse massiva. Embora a apuração esteja só começando, e deve demandar tempo até a centralização dos votos de todas regiões, as informações que chegam dão conta da enorme participação dos trabalhadores e da população na campanha. Uma prova de que as direções governistas não conseguem mais barrar a luta contra o governo.

Veja a seguir exemplos de como foi a votação na base de algumas categorias.

VOLTA REDONDA

Os metalúrgicos da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) compareceram às urnas e disseram "não" à política neoliberal de Lula. Ao todo, cerca de 2.500 operários da empresa votaram. Infelizmente, a direção majoritária do sindicato, ligada à CSC, pouco mobilizou para o plebiscito. A Conlutas esteve à frente da votação, discutindo ativamente com os operários e conseguindo a grande maioria dos votos.

A Conlutas também realizou a votação em outras categorias e cidades da região, como Barra do Piraí, Barra Mansa e Valença, envolvendo professores, a juventude e sem-tetos.

RIO DE JANEIRO

Os professores da rede municipal e estadual também se mobilizaram para a realização do plebiscito, incorporando a votação em suas campanhas salariais. Os professores municipais realizaram uma assembléia onde decidiram greve e, de lá, já saíram munidos de urnas para realizarem a votação nas escolas.

SÃO PAULO (SP)

Na capital paulista o grande destaque ficou por conta dos professores da rede estadual de ensino. Embora a direção majoritária da Apeoesp, capitaneada pela Articulação, tenha dado as costas para o plebiscito, a Oposição Alternativa mobilizou a categoria para a votação. A Alternativa e a Conlutas cumpriram um papel fundamental, realizando debates nas escolas e envolvendo as comunidades na discussão sobre os temas do plebiscito.

Só na região Oeste/Lapa, mais de 10 mil pessoas votaram. A apuração ocorreu em 50 locais da região. A votação nos demais locais ainda está sendo contabilizada e a apuração deve se estender no decorrer da semana. Os professores, evidentemente, votaram contra a privatização da Vale, e 100% da categoria votou contra a reforma da Previdência.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e a Conlutas estiveram à frente da campanha, coletando milhares de votos entre os operários e a população. Foram contabilizados até agora cerca de 20 mil votos, sendo 5.237 apenas entre os metalúrgicos. Em fábricas como a Eaton, Avibrás e Gerdau, praticamente 50% dos trabalhadores votaram, assim como na Ambev. Na região, ainda falta contabilizar os votos de Guaratinguetá, da ocupação do Pinheirinho e da base do sindicato dos Químicos. O total de votantes deve chegar a 26 mil.

SANTA CATARINA

A votação do plebiscito ocorreu em praticamente todas as regiões do estado, envolvendo entidades e movimentos como a Conlutas, Pastorais Sociais, MST e a Via Campesina. A pressão da base fez com que a CUT se dividisse, forçando parte de seus sindicatos a realizar o plebiscito com as quatro perguntas. O Sinte (dos trabalhadores da educação), maior sindicato do estado, colocou urnas em mais de 500 escolas.

Além disso, o sindicato realizou a campanha entre a população, publicando artigos em jornais e coletando votos em locais públicos. No principal terminal de ônibus de Florianópolis, a entidade arrecadou cerca de 10 mil votos. Os organizadores do plebiscito acreditam que o número de votos chegue a 300 mil. O próximo passo agora é o dia 25 de setembro, dia nacional de lutas. Os professores, servidores da saúde e da segurança pública realizam assembléias estaduais. Para o dia 24 de outubro, o objetivo da Conlutas é levar pelo menos seis ônibus a Brasília.

Grito dos Excluídos mobiliza milhares em todo o país

CMI

Porto Alegre (RS)

Em meio à votação, ocorreu o já tradicional Grito dos Excluídos, um contraponto às comemorações oficiais do 7 de setembro. Em todo o país, cerca de 330 mil pessoas foram às ruas, em mais de duas mil cidades. Neste ano, o Grito teve como temas as bandeiras levantadas pelo Plebiscito Popular.

Em Aparecida (SP), milhares de pessoas compareceram ao Grito. Cerca de 1,8 mil manifestantes saíram às ruas em Brasília, indo da Esplanada dos Ministérios em direção à Catedral, sendo barrados pela PM, que impediu a manifestação. No Nordeste, mais de 100 mil pessoas participaram do Grito, segundo a organização.

A maior manifestação ocorreu na capital de São Paulo. Cerca de cinco mil pessoas enfrentaram o sol escaldante e caminharam durante duas horas da Praça da Sé até o Museu do Ipiranga. Participaram a Conlutas, Intersindical, Pastorais Sociais, MST, Marcha Mundial das Mulheres, entre outras entidades.

CUT BOICOTA GRITO

A CUT, por sua vez, boicotou o protesto, a fim de não desgastar o governo. O diretor da central, Antonio Carlos Spis, chegou a justificar a ausência de forma cínica ao jornal Folha de S. Paulo. "Não vamos deixar um palco para o PSTU arrotar política", declarou o mesmo dirigente que defendeu o plebiscito com apenas uma pergunta durante reunião do Comitê pela Anulação do Leilão da Vale.

AG.CROMAFOTO

São Paulo (SP)

SERGIO KOEI

MARCELLO CASAL JR/AG.BR

Brasília (DF)

AS MANOBRAS DOS GOVERNISTAS

Entre os dias 1º e 7 de setembro, milhares de ativistas arregaçaram as mangas e recolheram milhões de votos para o Plebiscito Popular em todo o país. Na maioria das regiões, os ativistas da Conlutas, Pastorais Sociais, Grito dos Excluídos, MST, Intersindical, MAB e demais setores que participam da Assembléia Popular, utilizaram a cédula que continha as quatro questões; sobre a reestatização da Vale, o pagamento das dívidas interna e externa, a tarifa de energia elétrica e a reforma da Previdência.

Não foi assim, entretanto, com as governistas CUT e UNE. Desde o início da campanha, as duas entidades realizaram todo tipo de manobra para impedir as outras questões, mantendo somente a pergunta da Vale no Plebiscito.

A direção da central afirmou que não participaria do plebiscito se este contivesse mais questões além da pergunta sobre a Vale. Para a CUT, a questão sobre a reforma da Previdência e os demais problemas levantados pelo plebiscito não passavam de "questões específicas". A CUT defendeu uma só pergunta porque a privatização da Vale se deu no governo FHC, enquanto as outras três questões estão sendo encaminhadas por este governo, especialmente a reforma da Previdência. Assim, a central tentou manobrar com uma estratégia deliberada de barrar qualquer crítica ao governo Lula ou alguma iniciativa que fortalecesse a luta contra a reforma previdenciária do governo no próximo período. Para isso, contaram com o apoio da UNE, que defendeu a mesma posição, mostrando a real política do PCdoB.

A manobra ficou ainda mais explicita quando, na maioria das regiões do país, a CUT dividiu o plebiscito ou sequer organizou a coleta de votos. A atitude divisionista da CUT pode ter influenciado no resultado final do plebiscito. Seria possível alcançar uma votação superior à conquistada. Mas a CUT e UNE atuaram para impedir isso. Na prática, agiram como os pelegos que só vão a uma greve para impedir que ela se choque com os patrões.

UMA RESOLUÇÃO QUE NÃO VALE

Outra manobra que surgiu na reta final da preparação do plebiscito foi protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores. Durante a realização do 3º Congresso Nacional do partido, foi aprovado um texto de apoio à realização de um plebiscito que questiona a privatização da Vale do Rio Doce. Evidentemente, o PT não aprovou e nem aprovaria alguma resolução apoiando a luta contra a reforma da Previdência, pois isso é defendido com unhas e dentes pelo seu governo. No entanto, o dirigente petista da "esquerda" do partido, Valter Pomar, disse que a resolução aprovada só vale para o PT, não vale para o governo: "*Ao votar a resolução da Vale, o PT não está se pronunciando sobre qual será a postura do governo*", disse.

Dias depois, vários ministros petistas do governo se pronunciaram contra a reestatização da Vale. Até o ex-todo poderoso, mas ainda influente, José Dirceu saiu dizendo que era contra a medida. "*Sou contra a reestatização da Vale. É uma empresa de sucesso, para que reestatizar?*", disse. (Valor Econômico, 3/9/2007)

O próprio Lula fez questão de enfatizar que a reestatização da Vale está fora de questão. "*Agora, eu posso dizer que esse tema não passa pelo governo, não se discute no governo, porque tem um ato jurídico que foi consagrado e que o governo vai respeitar. Isso não está na minha mesa e nem entrará na minha mesa essa discussão sobre a questão da Vale do Rio Doce*", disse o presidente, em entrevista a emissoras de rádio.

Mais ainda: Lula disse que a resolução do PT foi para "fazer média" com os movimentos sociais, ou seja, um meio de recuperar um espaço perdido pelo desgaste do partido por manter o mesmo plano neoliberal no país e praticar a mesma corrupção dos governos de direita. Já o presidente do partido, Ricardo Berzoini, corroborou a opinião de Lula. "*É uma ação dos movimentos sociais que o PT está apoiando, o que não quer dizer que um eventual resultado do plebiscito vincule a ação política do partido*", disse sem corar.

MST PRECISA ROMPER COM O GOVERNO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi uma das principais organizações envolvidas na preparação e organização do plebiscito. O MST é uma referência importante para amplos setores de vanguarda. Seus ativistas estiveram empenhados na realização deste plebiscito.

No entanto, houve uma grave oscilação política do movimento, cuja origem é o fato da direção do MST não ter rompido com o governo Lula, embora se mostre mais crítica do que no passado. Dias antes do plebiscito, por exemplo, o jornal "Brasil de Fato" (muito influenciado pelo MST) publicou uma declaração de Lula sugerindo que o presidente apóia a mobilização pela reestatização da Vale. Algo que foi desmentido posteriormente pelo próprio presidente.

Em muitos estados, o MST organizou o plebiscito com as quatro perguntas, conforme orientava a coordenação da campanha. Em outras regiões, infelizmente, fizeram o mesmo movimento da CUT, preservando o governo. Foi o caso do MST de Pernambuco. Outra oscilação que a direção do movimento apresentou recentemente foi a dúvida sobre a participação de seus ativistas na marcha a Brasília no dia 24 de outubro.

Por anos o MST forjou grande autoridade sobre os lutadores do país e demonstrou que tem forte tradição de lutas. Essa autoridade deve agora estar a serviço das lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores. Por isso, o MST deve romper claramente com o governo Lula. Chamamos também a participarem, jogando todas suas forças, na marcha a Brasília, que vai dar um passo decisivo na luta contra as reformas neoliberais. Não dá para manter as ilusões de que é possível disputar o governo e empurrá-lo para a esquerda.

Preparar a grande marcha a Brasília no dia 24 de outubro

O Plebiscito Popular foi um importante momento de conscientização dos trabalhadores e da população contra a política econômica neoliberal continuada e aprofundada pelo governo Lula. Provou o rechaço da população a temas como as privatizações e a reforma da Previdência. Mostrou ainda que direções como a CUT e a UNE já não conseguem barrar as lutas que se chocam com o governo.

No entanto, após o enorme trabalho de educação popular, é preciso agora fazer avançar as mobilizações diretas contra essa política e as reformas, principalmente a reforma da Previdência. O governo quer finalizar a proposta de reforma ainda em setembro para enviar ao Congresso. Portanto, ganha ainda mais importância a marcha a Brasília convocada por entidades como a Conlutas para o dia 24 de outubro. Pelos cálculos do governo, a reforma da Previdência estará tramitando no Congresso.

É necessário preparar e organizar a marcha nas bases das categorias, convidando os milhares de ativistas que participaram da realização do plebiscito, assim como os trabalhadores que votaram. Da mesma forma que o Plebiscito Popular impulsionou o Grito dos Excluídos, levando em São Paulo, por exemplo, 2 mil manifestantes a mais que em 2006, a votação pode servir para fortalecer ainda mais a preparação da marcha.

25 DE SETEMBRO

Antes, no dia 25 de setembro, ocorre a entrega do resultado do plebiscito em Brasília. O dia será marcado por atos e protestos nos estados, acumulando forças para o dia 24, que poderá ser o maior protesto durante o governo Lula.

A CAUSA DO RETROCESSO DA REVOLUÇÃO RUSSA

Na luta de classes, quando não se avança, retrocede-se

Lênin discursa em Petrogrado, na Rússia

JOSÉ AUGUSTO ALVARENGA,
de Santa Catarina

Pode-se alegar que são diversas as causas da derrocada do Estado operário russo fundado em 1917. Porém temos a convicção de que a razão fundamental da derrota da Revolução foi o seu isolamento internacional.

Todo ativista sindical sabe que quando é deflagrada uma greve por reivindicações gerais numa determinada fábrica, além de fortalecer a própria greve, é indispensável, para obter o atendimento das reivindicações comuns dos operários de uma larga região, que essa luta se alastre e que outros os companheiros de outras fábricas adiram a ela. É fácil ver que se a luta pelas bandeiras gerais de toda uma categoria ficar isolada, muito provavelmente as reivindicações não serão atendidas e a luta, nesse sentido, se perderá.

Uma grave derrota geralmente vem acompanhada da perseguição, punição e demissão dos piqueteiros, da desmoralização dos ativistas que prestigiavam as assembléias, do desânimo dos que cruzaram os braços e sonharam com dias melhores. Os setores mais conservadores ou mesmo os que se opuseram à luta proclamam que tinham razão e ganham certo apoio. Se o sindicato apoiou a luta, ele também sofre os reflexos da derrota. Não raro, os pelegos se organizam e tomam a entidade da vanguarda e da massa que antes a dirigiam. Então substituem o funcionamento democrático pelas decisões autoritárias e burocráticas, beneficiam-se de toda sorte de privilégios pessoais, como "ajudas de custo" e diárias polpudas, telefones e carros sustentados pelos filiados, quando não roubam o patrimônio da categoria de forma ainda mais grosseira. Transformam o sindicato num dócil instrumento na mão dos patrões.

Afastadas as transposições mecânicas, o mesmo acontece com as revoluções. E a Revolução Russa comprovou tragicamente a validade dessa lei.

A REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE COMO ANTE-SALA DA REVOLUÇÃO MUNDIAL

Sob o ponto de vista interno, a luta do Partido Bolchevique para manter o poder e consolidá-lo implicava na destruição da velha máquina estatal burguesa e sua substituição por um poder operário, baseado nos sovietes, um novo tipo de Estado cujas bases fundamentais foram desenvolvidas por Marx, Engels e por Lênin em sua obra "O Estado e a Revolução", escrita no calor dos acontecimentos revolucionários de 1917.

Porém, a incorporação da classe operária na administração do Estado através dos sovietes estava determinada pelo nível do desenvolvimento da sociedade herdada do czarismo, ou seja, pelo avanço das forças produtivas, pelo grau de industrialização e pelo desenvolvimento cultural do povo. Ora, considerando as condições históricas em que se deu a tomada do poder, pode-se ter uma idéia da extensão das dificuldades que aguardavam os bolcheviques.

Vencer essas dificuldades era impossível do ponto de vista interno. Eis porque o poder soviético necessitava desesperadamente da explosão de outras revoluções socialistas na Europa. Sob esse ponto de vista, a consolidação da República soviética era um fato impulsionador da revolução mundial.

Assim, a revolução mundial ocupava o centro das preocupações, não somente pelo Partido, mas também pelos sovietes.

Lênin, no folheto Êxitos e Dificuldades do Poder Soviético, publicado em 1919, aqui recuperado de Obras Completas, tomo 38, explicava que: "*Não podemos vencer definitiva e completamente a escala mundial somente com a Rússia. Somente venceremos quando o proletariado triunfe em todos os países, ou pelo menos, nos países mais adiantados [...]. Somente então poderemos dizer com certeza que a causa do proletariado triunfou, que alcançamos nosso primeiro objetivo: a derrubada do capitalismo. Alcançamos esse objetivo em relação a um país, e agora está colocada uma segunda tarefa. Se o poder dos sovietes é uma realidade, se a burguesia foi derrubada em um país, a segunda tarefa é a luta a escala internacional, a luta em outro plano, a luta do Estado proletário no meio dos Estados capitalistas.*"

A vitória do proletariado russo era uma vitória tática no marco da estratégia fundamental colocada: a derrubada do capitalismo. Conseqüente com a sua estratégia, o bolchevismo cria o instrumento para a derrubada do capitalismo em escala internacional, a III Internacional. Manter o poder dos sovietes, aprofundar a construção do Estado operário, fortalecendo a participação das massas na administração estatal, construir a aliança com os camponeses e desenvolver a revolução mundial foi a política empreendida pelos bolcheviques até a morte de Lênin.

Vejamos como Lênin via a relação do socialismo com as tarefas colocadas para a Rússia soviética em "Sobre o Infantilismo Esquerdista", Obras Completas, tomo 36, sendo original o uso do itálico: "*O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista baseada na última palavra da ciência moderna, sem uma organização estatal harmônica que submeta milhões de pessoas a observância de uma norma única na produção e distribuição dos produtos. Nós os marxistas falamos sempre disso, e não vale a pena gastar nem sequer dois segundos conversando com gente que não compreendeu nem sequer isso [...]*" Prosseguia: "*Ao mesmo tempo o socialismo é inconcebível sem a dominação do proletariado sobre o Estado: isso é também elementar.*" E conclui que: "*A revolução proletária vitoriosa na Alemanha romperia de golpe, com extraordinária facilidade, toda casca imperialismo [...] faria realidade de modo seguro a vitória do socialismo mundial, sem dificuldades ou com dificuldades insignificantes, se se toma, naturalmente, a escala do 'difícil' desde o ponto de vista histórico universal e não desde o ponto de vista pequeno burguês e de círculo*".

Só se pode concluir que a estratégia dos bolcheviques nunca foi a construção do socialismo na Rússia, para eles a chave do desenvolvimento da Revolução Russa estava no desenvolvimento da revolução mundial e na ruptura do elo alemão da cadeia imperialista, pois aí se concentravam as condições materiais para que a humanidade pudesse saltar do reino das necessidades básicas.

OS REVOLUCIONÁRIOS FORAM VENCIDOS NA ARENA MUNDIAL

Em outras palavras, retirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial, manter o poder dos sovietes, consolidar o Estado operário, por meio da ampliação da participação das massas na administração pública, fortalecer a aliança com os camponeses, enfrentar cada desafio ao seu tempo, era importante para o desenvolvimento da revolução mundial.

Mas a verdade é que nem o mais pessimista dos bolcheviques poderia imaginar que a Revolução Russa permaneceria isolada por tanto tempo e de forma tão absoluta.

Não cogitaram que os processos revolucionários que se seguiriam ao Outubro de 1917 nos vizinhos europeus seriam contidos pela burguesia e pelos reformistas. Particularmente em 1923, os operários russos ansiavam pela vitória dos operários na Alemanha. Nesse caso, uma eventual república operária alemã supriria a asfixiante falta de técnicos, de recursos financeiros, de máquinas, de tecnologia e, talvez ainda mais importante do que esses meios de progresso econômico, de esperança e confiança nas forças do proletariado mundial.

Não supunham que a China viria a conhecer tão amargas derrotas como as que sofreu entre 1925 e 1927. De novo um vento gelado e paralisante varreu a Rússia.

A solidão do proletariado russo e da sua vanguarda bolchevique, sem dúvida, foi o fator decisivo da derrota da Revolução, da morte do Partido e da consolidação do poder burocrático.

Houve lutas incríveis da classe operária mesmo no período imediatamente posterior à Revolução Russa, na década de 1920. Todavia, elas não culminaram na tomada do poder pelo proletariado.

Depois veio um período de contra-revolução na Europa. Triunfaram Mussolini na Itália, Hitler na Alemanha e Franco na Espanha. A classe operária, embora não deixasse de lutar, em seguida mergulhou no inferno da Segunda Guerra Mundial.

O SOCIALISMO NUM SÓ PAÍS

Mas as derrotas das revoluções, o isolamento do Estado operário e o imenso cansaço do proletariado russo produziram uma mudança na política e na direção do Partido. O internacionalismo proletário, que caracterizou o Partido Bolchevique (o Partido Comunista da União Soviética), é completamente abandonado e substituído por um nacionalismo repugnante. Stalin é o dirigente que encabeça esse movimento reacionário no interior do Partido. Em setembro de 1924 Stalin expõe a sua "Teoria do Socialismo num só país". Não se trata realmente de uma teoria. É mais uma justificativa da política de Stalin e do papel que ele entendia caber aos demais partidos comunistas. Segundo escreveu, apenas a Rússia teria atingido a maturidade para o socialismo e o construiria no limite das suas fronteiras. A mera competição econômica entre a União Soviética e os Estados Unidos da América provaria a superioridade do socialismo, sendo vencido para sempre o imperialismo. Doravante a revolução no mundo e em cada país particularmente considerado será vista e tratada apenas como um aspecto da defesa da União Soviética, mais precisamente, da sustentação da sua burocracia dirigente. O novo postulado stalinista, que adquire ares de doutrina oficial da III Internacional, é imposto aos partidos comunistas no mundo. Vê-se o total rompimento com a concepção internacionalista, sustentada pelos marxistas até então, que pregava exatamente o contrário.

A partir daí as políticas vindas de Moscou apresentar-se-ão cada vez mais destrutivas. Em 1929 a Internacional impõe a concepção do "social-fascismo". Divide os operários comunistas e socialistas e pavimenta o caminho de Hitler até o poder.

Em 1936 a Europa parece decidida a pegar em armas de novo. Explode a Revolução Espanhola. Stalin, pretendendo atrair o apoio dos ingleses e franceses contra as pretensões da Alemanha, inimiga na Primeira Guerra Mundial, age conscientemente para derrotar a esquerda na Revolução Espanhola. É uma demonstração de que os imperialistas mais a Oeste poderiam confiar nele, já que ele os poupara de ter de lidar com uma nova e impetuosa república socialista na Península Ibérica.

Depois de sangrar quase até a exaustão no início da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética se recompôs e empurrou as tropas de Hitler de Stalingrado até Berlim sem descanso. A atividade política das massas no Leste Europeu foi incrível no final da Guerra. Verdadeiras revoluções operárias eclodiram nas regiões em que se situavam a Iugoslávia e a Tchecoslováquia, hoje divididas em diversas nações. O poder político estava ao alcance das mãos dos operários e dos PCs na Itália, na França e na Grécia, libertadas do nazismo. Stalin fez de tudo para entregar o poder político a coligações dos comunistas com os burgueses - as "repúblicas democráticas" - no Leste. Sancionou um governo de frente popular na Itália, patrocinando a volta da burguesia italiana, sob as bênçãos do Papa, onde o PC italiano tinha assento. Na França, calou os operários e a resistência armada à ocupação alemã e permitiu que De Gaulle voltasse da Inglaterra e instituísse a 5ª República burguesa. Abandonou a guerrilha antinazista grega nas mãos dos verdugos britânicos.

A extrema debilidade da burguesia no Leste da Europa levou Stalin a mudar os seus planos mais conservadores para a região e a expropriar os burgueses. Entretanto, Stalin e os PCs não relutaram e trataram de construir estados operários já completamente burocratizados.

Os soviéticos não titubearam e usaram fartamente a sua força militar para massacrar os levantes dos que enfrentaram a política stalinista.

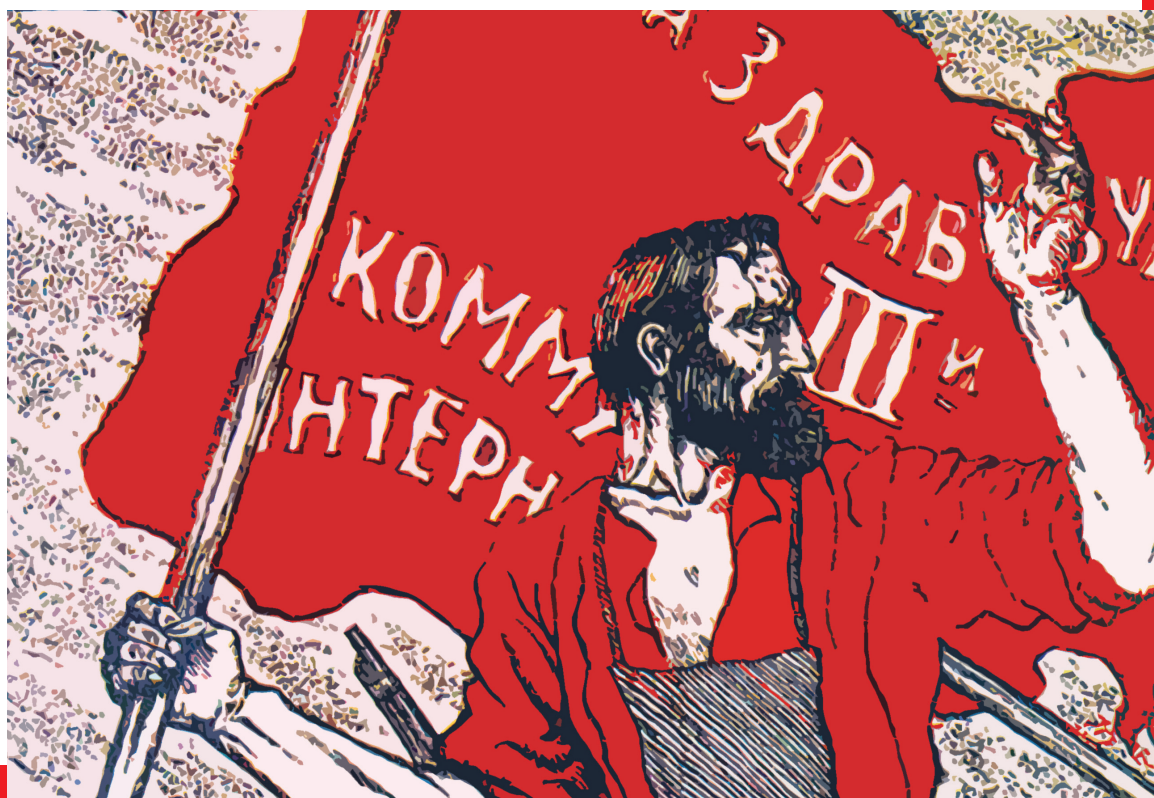
A BUROCRATIZAÇÃO DO ESTADO OPERÁRIO E DO PARTIDO COMUNISTA

O peso insuportável das derrotas sofridas pelo proletariado em todo o mundo nas décadas de 1920 e 1930 e o conseqüente esgotamento da vanguarda da Revolução Russa provocaram uma reviravolta interna no Estado. Os elementos mais conservadores e inclinados a encontrar saídas meramente individuais formaram, em torno de Stalin, uma casta privilegiada que dominou o Estado soviético e, em seguida, o Partido e a Internacional.

Os marxistas revolucionários opositores a Stalin foram perseguidos e punidos inflexivelmente, pagando com a própria vida pela divergência que ousaram expressar. Entre eles estava quase toda a geração que dirigiu o Partido e o Estado antes de Stálin assumir.

A partir de 1924, o Estado soviético e a III Internacional agiram para deter e derrotar a revolução mundial em nome das vantagens da burocracia e impedir que o proletariado formasse outra direção política revolucionária.

O INTERNACIONALISMO E O PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO

Dificilmente se poderia deixar de concordar que essa foi uma das causas da derrota da Revolução Russa. É verdade... a luta de classes é internacional. Os espetaculares fatos políticos do século passado confirmam essa lição. Com efeito, a organização revolucionária que restrinja sua atuação à esfera nacional deve reconhecer em si própria as marcas da inconseqüência ou, quem sabe, do cinismo.

Publicação da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) – www.litci.org

REFORMA CONSTITUCIONAL NA VENEZUELA

AVANÇO RUMO AO SOCIALISMO OU AVANÇO DO CONTROLE E DA REPRESSÃO SOBRE O MOVIMENTO DE MASSAS?

JORNAL EL MUNICIPIO

Violenta repressão aos trabalhadores da Sanitarios Maracay na rodovia Caracas-Maracay, em 24/04/2007

Poucos dias atrás, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, apresentou à Assembléia Nacional (Parlamento) um projeto de reforma da Constituição de 1999 (aprovada no início de seu primeiro mandato). Se a Assembléia for favorável ao projeto (fato garantido pela absoluta maioria de deputados chavistas), a nova constituição será referendada mais tarde através de um plebiscito.

O texto inclui vários artigos sobre os "objetivos sociais da produção" e o direito do Estado de intervir no processo econômico, e define a criação de organismos de "poder popular". Também incorpora o direito de reeleição irrestrita para o cargo presidencial, até agora limitada a dois mandatos.

Como ocorre com cada medida de certa importância que o governo Chávez adota, esta também gerou uma forte polêmica. Em um extremo, a oposição de direita, vários governos latino-americanos e o imperialismo criticaram-na como um passo a mais na instalação de uma "ditadura personalista". Porém, na boca dessas personagens da burguesia e do imperialismo, a "defesa da democracia" e a preocupação com os direitos do povo venezuelano é uma hipocrisia completa.

No outro extremo, aqueles que apóiam ao governo Chávez afirmam que a nova constituição reforça a "marcha rumo ao socialismo do século XXI" e que, nesta marcha, é inevitável afetar interesses e restringir as liberdades daqueles que defendem os interesses afetados.

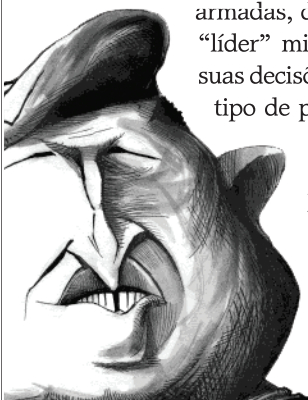
No entanto, essa posição deixa de lado um conceito básico: não pode haver nenhuma marcha rumo ao socialismo que não tenha como protagonistas a classe operária e o povo, e que não defenda seus interesses e a melhoria de suas condições materiais de vida. Em outras palavras, a construção do socialismo só pode ser possível se for feita por e para a classe operária e o povo.

Se analisarmos em profundidade a realidade venezuelana atual, desde o ponto de vista dos interesses operários e populares, veremos que nenhuma dessas duas questões centrais está colocada. A Venezuela continua sendo um país capitalista e a burguesia continua controlando o poder político e econômico através de um setor dessa classe: a chamada burguesia bolivariana, expressa no governo Chávez.

Por isso, todas as medidas e políticas do governo chavista (inclusive aquelas que podem parecer mais "progressivas") estão, em última instância, destinadas a defender os interesses da burguesia contra a classe operária e o povo.

A partir desse enfoque de classe, a nova constituição, longe de representar um passo na "marcha rumo ao socialismo", representa um passo a mais no avanço acelerado do processo de controle cada vez mais totalitário das liberdades democráticas no país por parte do governo Chávez. Este avanço não está dirigido essencialmente contra a burguesia venezuelana e o imperialismo (embora possa, às vezes, afetá-los parcialmente, como no caso do fechamento da RCTV), mas contra os trabalhadores e o povo.

O QUE O GOVERNO CHÁVEZ REPRESENTA?

Em várias edições anteriores do Correio Internacional definimos o governo Chávez como "bonapartista sui generis". Ou seja, é um governo que expressa um setor da burguesia de um país atrasado que busca se apoiar no movimento de massas para tentar compensar sua debilidade frente ao imperialismo, e assim poder negociar uma margem um pouco maior de "independência". Em geral, esses governos se apóiam sobre as forças armadas, dirigidas por um "líder" militar que impõe suas decisões sem nenhum tipo de participação real dos setores operários e populares. Daí seu nome de "bonapartismo", em referência a Napoleão Bonaparte.

Mas, ao se apoiar na mobilização das massas, esse setor burguês é consciente de que está lidando com fogo, porque existe o sério perigo de que essa mobilização saia do controle e avance rumo a um processo revolucionário independente, rompendo os marcos do Estado burguês. Por isso, ao mesmo tempo, o governo tem a necessidade imperiosa de exercer um férreo controle sobre as massas e de construir diques de contenção para evitar que a mobilização transborde.

Fortalecido pela derrota das tentativas de golpe de 2002 e por suas contínuas vitórias eleitorais, o governo Chávez entrou em uma fase destinada a fortalecer seu caráter bonapartista e o férreo controle sobre o movimento de massas. Só considerando as coisas desse ponto de vista é possível entender de fato o verdadeiro significado de suas medidas e políticas recentes.

Façamos uma revisão

PARA FUNDAMENTAR ESTE CONCEITO, FAÇAMOS UMA REVISÃO DE VÁRIAS DESSAS MEDIDAS:

● **V**otação dos "plenos poderes". No ano passado, a Assembléia Nacional decidiu conceder "plenos poderes" para Chávez governar. Não havia nenhuma razão que justificasse essa medida, já que o governo tem maioria absoluta no Parlamento e pode aprovar as leis que quiser. Simplesmente, foi uma mostra de disciplina ao "líder".

● **A** formação do PSUV. Este partido está sendo construído como uma ferramenta política típica de um governo bonapartista, usando todo o peso do aparato do Estado para conseguir milhões de filiações, com fortes pressões sobre os servidores públicos (ameaçando-os de demissão), dinheiro para comprar dirigentes sindicais e do movimento de massas, etc. Através dessas medidas, Chávez pode exercer um controle muito mais férreo sobre o movimento de massas e, ao mesmo tempo, disciplinar verticalmente nessa estrutura todos os quadros do movimento que o apóia, hoje ainda bastante heterogêneo e disperso em várias organizações. Recordemos que aqueles que não querem entrar no PSUV, embora tenham lutado contra os golpistas e a direita em todos esses anos, foram qualificados por Chávez como "contra-revolucionários". O PSUV não é, na realidade, nenhuma novidade histórica: movimentos políticos como o peronismo argentino, o PRI mexicano ou o nacionalismo árabe criaram partidos similares, ferreamente disciplinados ao "líder" burguês (Perón, Cárdenas, Nasser etc).

● **F**echamento da RCTV. O fim da concessão dessa emissora e sua incorporação à rede governamental geraram forte polêmica. A LIT-QI se opôs a essa medida, alertando para o fato de que, em última instância, estava dirigida contra a liberdade de expressão da classe operária. Por isso, recebeu duros ataques de várias correntes de esquerda, baseados no caráter golpista e reacionário de diretivas anteriores da empresa. Este debate pode hoje "baixar à terra". Recentemente, ocorreram várias lutas operárias duramente reprimidas pelo governo, e todos os meios de comunicação governamentais, incluída a TVES (ex-RCTV), silenciaram tanto os fatos como a voz dos trabalhadores em luta. Então, a pergunta a responder é muito simples: a liberdade de imprensa da classe operária aumentou ou diminuiu com essa medida?

A NOVA CONSTITUIÇÃO

Vejamos agora a nova constituição. Já dissemos que ela introduz um artigo que permite a reeleição sem restrições do presidente. Mas este critério não se aplica para os governadores e prefeitos. Ou seja, só poderá ser utilizada por Chávez.

Seria possível argumentar que essa medida está dirigida contra governadores como Jorge Rosais, do Estado Zulia, ex-candidato a presidente e principal figura da oposição de direita, com o fim de debilitar sua base de apoio. Não concordamos com esse critério: defendemos que só o povo venezuelano tem o direito de decidir que governador ou prefeito deve continuar governando ou não. Em um verdadeiro estado operário em marcha rumo ao socialismo, todos os cargos e mandatos de governo seriam revogáveis pelas assembléias populares ou outro mecanismo de democracia operária.

Mas, além disso, este artigo da nova constituição também está dirigido contra governadores e prefeitos de partidos aliados do governo nacional que foram contra ingressar no PSUV. É o caso do governador de Sucre, Ramón Martínez, do "Podemos", que já começou a ser atacado publicamente pelo governo federal.

Em outros artigos dessa edição, veremos que as referências aos *"objetivos sociais da produção"*, à criação de *"empresas socialistas"* e organismos de *"poder popular"* são pura retórica e só servem para encobrir, por um lado, os planos de expansão econômica da "burguesia bolivariana" e, por outro, novas formas de controle e repressão sobre o movimento de massas.

Reiteramos que, em nosso critério, o socialismo só pode ser construído *por e para* a classe operária e o povo. Isso significa que o caminho rumo a uma economia socialista e a criação de organismos de poder popular só podem ser genuínos se ocorrerem baseados num processo autônomo de mobilização e organização democrática dos trabalhadores e do povo. Nenhum Estado burguês, menos ainda com um regime bonapartista, pode ser o construtor dos verdadeiros órgãos de poder operário e popular. Como dizia Karl Marx, *"a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores"*.

Por isso, de acordo com seu caráter burguês, o governo Chávez ataca legal, política e até fisicamente cada expressão dessa mobilização e organização autônomas, como as greves e mobilizações petroleiras, o controle operário da Sanitarios Maracay ou a "autonomia" da UNT, para derrotá-las ou controlá-las.

A partir disso, a conclusão resulta perfeitamente clara: a mobilização e a organização genuínas dos trabalhadores e do povo venezuelanos só poderão se desenvolver lutando de forma independente por suas reivindicações tanto imediatas quanto históricas. Isto implica lutar contra o governo Chávez e suas políticas, incluindo este novo projeto de Constituição.

A SITUAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Temos afirmado que o ataque às liberdades democráticas está dirigido, em última instância, aos trabalhadores e ao povo. Devemos partir do fato de que as condições de vida das massas não tiveram nenhuma melhora importante durante o governo Chávez, apesar de o país receber, há pelo menos quatro anos, muito mais recursos do petróleo e de a economia crescer em bom ritmo.

Mais da metade da população economicamente ativa continua sobrevivendo de trabalhos informais, como o comércio ambulante ou o transporte precário. Tampouco é melhor a situação daqueles que têm um emprego formal. O salário mínimo recebido pela maioria dos trabalhadores é de 250 dólares, valor inferior ao preço de uma cesta básica e muito inferior a uma cesta familiar completa (700 dólares). Os setores que ganham um pouco mais (como os petroleiros especializados) podem receber 500 ou 600 dólares. As condições de trabalho são péssimas, especialmente nas plantas fabris ou nas refinarias, que não realizam nenhum investimento produtivo há muito tempo. Ao mesmo tempo, há anos não ocorrem convenções coletivas ou negociação salarial na maioria dos setores.

COM VOCÊ NÃO NEGOCIO, COM ELE, "GOLPISTA", SIM...

Tudo isso gerou uma forte onda de lutas por salários, condições de trabalho e a realização de convenções coletivas, totalmente ocultadas tanto pela imprensa "democrática" do continente como pelos meios governamentais. Além dos casos que analisamos nesta edição do *Correio*, também ocorreram conflitos recentes em Sidor (a grande siderúrgica do Estado Bolívar) e na Toyota de Cumaná (Sucre).

Frente a essas lutas, o governo pretende escolher com quem negociar as novas convenções. No caso dos petroleiros da PDVSA, por exemplo, pretendia fazê-lo com os velhos "dirigentes" golpistas da federação da **CTV***, totalmente repudiados pelos trabalhadores. Uma forte mobilização impediu essa manobra.

Quando as lutas operárias saem do controle, acabam as boas maneiras e as manobras do governo, e aparece a repressão direta. Assim ocorreu com os trabalhadores da Sanitarios Maracay no Estado Aragua (ver artigo). Foi o que aconteceu também com os petroleiros de Zulia (ocidente do país), cuja manifestação foi duramente reprimida pela Guarda Nacional, com um saldo de vários feridos e quatro petroleiros presos, em meio a uma perseguição governamental contra os trabalhadores, acusados de "sabotadores". Nesses casos, cai a "máscara socialista" do governo Chávez e o seu caráter burguês é cruamente desnudado.

OS SERVIDORES PÚBLICOS

Embora possa soar contraditório para aqueles que defendem a idéia da "marcha rumo ao socialismo", os trabalhadores estatais (1.200.000 no total) são os que mais sofrem as conseqüências dessa política do governo. Cerca da metade deles recebem o salário mínimo. Todas as repartições e ministérios têm suas convenções coletivas e data-base vencidas há muito tempo: o recorde é do próprio Ministério do Trabalho: 16 anos sem negociação.

Aqui também o governo quer escolher com quem negociar. Uma das duas federações sindicais, ligada aos velhos "dirigentes" golpistas, foi recebida pelo ministro do Trabalho, José Ramos Rivero, e pediu 40% de aumento (cifra abaixo da inflação dos últimos quatro anos). A outra federação reclamou 60% e o pagamento de um bônus retroativo, para compensar parte das perdas sofridas. Ao tentar entregar sua proposta, seu dirigente, Marco Garcia, constatou que os funcionários do ministério estavam proibidos de recebê-lo.

Diante dessa situação, um núcleo de dirigentes sindicais do setor ocupou parte das instalações do ministério, exigindo que se discutisse esta última proposta e a renúncia do ministro. Após uma situação bastante tensa, em que a luz e a água das instalações foram cortadas e sob ameaças e agressões da organização Tupamaros (tropa de choque do governo), os manifestantes foram desalojados.

Esse caso dos servidores públicos resume três dos pilares da verdadeira política trabalhista do governo Chávez: baixíssimos salários, desconhecimento dos reais representantes sindicais e tentativa de negociar com "dirigentes" fantasmas e golpistas, e, como pano de fundo, a repressão às lutas e seus dirigentes.

Fica evidente que, na medida em que essas lutas operárias cresçam, crescerá ao mesmo tempo a repressão governamental aos trabalhadores.

SAIBA MAIS

*CTV - CENTRAL DE TRABALHADORES VENEZUELANOS
Histórica central sindical do país, fundada na década de 30. Sua direção sempre esteve muito ligada ao partido burguês Ação Democrática (AD). Depois de seu apoio ao golpe de 2002 e ao boicote econômico dos empresários ao governo de Chávez, se dividiu em numerosas organizações. Correntes e dirigentes a abandonaram para fundar, pouco depois, a UNT.

OS ATAQUES À "AUTONOMIA SINDICAL"

Outro aspecto central da política atual do governo Chávez são seus ataques à "autonomia sindical", isto é, à independência dos sindicatos e centrais frente ao Estado e ao governo. O próprio Chávez, em um discurso de março deste ano, afirmou que *"é preciso terminar com isso de autonomia sindical"*.

A questão da "autonomia" se refere hoje, centralmente, ao destino da UNT (União Nacional de Trabalhadores), surgida em 2003 pela quebra da velha CTV, dada sua posição golpista. Embora a UNT e as correntes que a integram sempre tenham reivindicado o "processo bolivariano", várias delas (em especial a **CCURA***) reivindicaram a necessidade de sua "autonomia" frente o governo e a patronal.

A política do chavismo é que a UNT se discipline ao PSUV, que está se construindo como o "braço político" do governo. Por isso, propõe que sua direção seja definida previamente dentro do PSUV e, logo após, "eleita" na UNT. No entanto, quatro das cinco correntes internas da central rechaçaram essa proposta e, numa plenária recente de uns mil ativistas, decidiram convocar as eleições neste ano, sem esperar a aprovação do governo. Ou seja, nos fatos, uma decisão "autônoma".

A única corrente que se opôs a este acordo foi a FSTB (Força Socialista Bolivariana de Trabalhadores), ligada ao ministério do Trabalho. Seu principal dirigente, o deputado Oswaldo Vera, aparece nos atos do PSUV como "representante" da UNT, apesar de nenhum organismo da central tê-lo designado para isso. Oswaldo Vera atacou duramente o acordo para convocar as eleições. Segundo denúncia de Orlando Chirino (dirigente da CCURA e um dos coordenadores nacionais da UNT), *"penso que as declarações de Oswaldo Vera são a resposta "oficial" do alto governo contra os esforços por reunificar a Central"*. Chirino agregou que essa resposta está destinada à *"imposição a dedo dos candidatos ou a dividí-la"*, impulsionando a desfiliação (*www.aporrea.org*, 03/08/2007).

A LIT-QI rechaça toda tentativa do governo Chávez de manipular e determinar arbitrariamente quais devem ser os "representantes" dos trabalhadores. Defendemos o direito da UNT de realizar suas eleições internas, sem intromissões do governo. Reivindicamos a necessidade de que a UNT avance no caminho para ser uma central totalmente "autônoma" das patronais e, especialmente, do governo, algo que só poderá ser obtido com o mais absoluto respeito à democracia operária em seu interior.

No entanto, é necessário extrair todas as conclusões desses fatos. O governo Chávez não está disposto a tolerar a menor "autonomia" da UNT, ou sequer o elementar direito de escolher livremente sua direção. E se a UNT não se "disciplinar", a política do governo será dividí-la e destruí-la.

Por isso, é claro que Chávez e seu governo estão totalmente contra qualquer expressão da democracia operária. O que podemos esperar, então, dos organismos de suposto "poder popular", incluídos no projeto da nova constituição, que estarão sob a intervenção direta dos ministérios, estados e prefeituras? Embora alguns deles possam receber o enganoso nome de "sovietes" (tentando associar esse projeto à Revolução Russa de 1917), seu verdadeiro objetivo será controlar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, servir como armas para destruir os processos mais genuínos de organização, como a UNT.

SAIBA MAIS

*CCURA - CORRENTE CLASSISTA REVOLUCIONÁRIA UNITÁRIA AUTÔNOMA
Situada à esquerda dentro da UNT. Um setor dessa corrente, encabeçado por Orlando Chirino, rechaçou ingressar no PSUV; enquanto outro, liderado por Stalin Pérez Borges, aderiu ao novo partido.

E AS "EMPRESAS SOCIALISTAS"?

O projeto da nova constituição venezuelana inclui vários artigos que falam dos "objetivos sociais da produção", do direito do Estado de intervir na economia e de expropriar setores que se considerem "estratégicos", além da criação de "empresas socialistas".

Com certeza essa parte do texto aumentará o entusiasmo daqueles que apóiam o governo Chávez, considerando-o um passo à frente na "marcha rumo ao socialismo". No entanto, se o contrapusermos com a realidade, veremos que esse entusiasmo não tem nenhuma justificação.

Em primeiro lugar, o próprio Chávez declarou que toda empresa produtiva nacional ou estrangeira terá lugar no "socialismo do século XXI", afirmação que soa demasiado parecida com um capitalismo com algum grau de intervenção estatal. Essa realidade ficou evidente nos últimos anos, pois as burguesias nacional e estrangeira continuam fazendo grandes negócios com o petróleo, automóveis, bancos etc, enquanto as duras condições de vida dos trabalhadores e do povo não mudam.

Mas se algo mostra o caráter de "propaganda socialista enganosa" desses artigos da nova constituição é precisamente o caso da Sanitarios Maracay, uma importante empresa da cidade homônima (capital do Estado Aragua), fundada há 47 anos.

Cansados de suportar os permanentes abusos de seu dono, Álvaro Pocaterra (um homem muito ligado aos velhos políticos da Ação Democrática e organizador do golpe de 2002), os 800 trabalhadores realizaram, nos últimos anos, várias lutas por salários e o cumprimento de cláusulas da convenção coletiva.

Diante disso, a patronal realizou uma velha manobra em sua tentativa de derrotar os trabalhadores: em 2006, se retirou da empresa e anunciou seu fechamento. Os trabalhadores ocuparam a fábrica, decidiram assumir o controle da empresa e mantiveram a produção. Desde então, vêm reivindicando ao governo que cumpra o que foi prometido há anos pelo próprio Chávez (*"empresa fechada pelos patrões, empresa aberta pelo governo"*). Por isso, exigem que o governo exproprie e estatize a empresa, para que continue funcionando sob controle de seus trabalhadores.

No entanto, longe de cumprir a promessa, antecipando o suposto espírito "socialista" da nova constituição, o governo fez de tudo para quebrar a luta desses trabalhadores e para que a fábrica voltasse às mãos de seus velhos donos.

Os representantes do ministério do Trabalho lhes disseram que *"o melhor que podiam fazer era aceitar a venda da empresa e receber indenizações"*. Ao mesmo tempo, como denuncia Orlando Chirino, na reportagem citada, o governo necessita de produtos sanitários para as 18.000 casas do Programa Petrocasa. Mas optou por comprá-los de outras empresas, muitas delas propriedades de empresários golpistas de 2002, ao invés de comprar a produção controlada pelos operários da Sanitarios Maracay, cujos produtos são de muito boa qualidade e preços baixos.

Como se isso não bastasse, os trabalhadores também sofreram a repressão governamental. Cansados pela falta de resposta às suas reivindicações, decidiram marchar a Caracas, no dia 24 de abril. Seus ônibus foram duramente reprimidos no caminho pela polícia do governador de Aragua, Didalco Bolívar, e batalhões da Guarda Nacional. Este fato originou uma combativa paralisação regional desse estado, em maio passado, em solidariedade com os trabalhadores exigindo a renúncia do governador.

Por tudo isso, não devemos nos enganar. O governo Chávez, e os interesses da "burguesia bolivariana", podem chegar a estatizar empresas como a CANTV e a Eletricidade de Caracas, comprando suas ações. O que Chávez nunca vai fazer é impulsionar um processo de expropriação generalizada da burguesia nacional e das propriedades do imperialismo no país, nem desenvolver o controle dos trabalhadores nas empresas estatizadas.

Isso fica nítido no modo como funcionam hoje essas empresas estatais ou estatizadas, como a PDVSA ou a CANTV, dirigidas pela "burguesia bolivariana",

sem nenhuma possibilidade de controle dos trabalhadores sobre seu funcionamento. Menos ainda, o governo chavista vai impulsionar a mobilização generalizada da classe operária e do povo para levar este processo adiante.

Por isso, quando aparece um exemplo genuíno de controle operário e de mobilização pela expropriação de uma empresa, como o da Sanitarios Maracay, em vez de apoiá-lo e mostrá-lo como um exemplo a seguir, o governo Chávez o ataca e reprime.

Seus discursos e o texto do projeto da nova constituição podem estar cheios de referências ao "socialismo". Mas, despida dessa retórica, sua política real não tem nada a ver com os interesses e necessidades dos trabalhadores, e sim com os interesses de burgueses como Álvaro Pocaterra.